O PAPEL DA FARM BILL NA SEGURANÇA ALIMENTAR

DA REDAÇÃO

Um artigo publicado em setembro último na The Economist avaliou a Farm Bill, legislação que direciona a política agrícola dos Estados Unidos. Tendo evoluído ao longo dos anos, essa lei se tornou uma peça central na segurança alimentar da população norte-americana. Este artigo traz os principais pontos discutidos na citada publicação, incluindo os positivos impactos sociais da política, os desafios ambientais envolvidos na sua aplicação e os expressivos custos financeiros previstos para o seu horizonte na próxima década.

O CONTEXTO histórico da Farm Bill remonta à década de 1930, quando o setor agrícola dos Estados Unidos passava por dificuldades. A Primeira Guerra Mundial havia estimulado a produção agrícola do país, por meio de incentivos de crédito concedidos pelo governo. No entanto, ao longo da década de 1920, a demanda global por produtos do agro norte-americano despencou, levando à queda nos preços e, consequentemente, à ruína financeira de muitos agricultores.

Nesse contexto, em 1933, a Farm Bill foi criada, oferecendo subsídios aos produtores para cobrir as perdas na comercialização da produção e, ao mesmo tempo, incentivando o ajuste no volume de produção ofertada. Desde então, a lei foi atualizada dezoito vezes, abrangendo uma ampla gama de questões.

IMPACTO SOCIAL

Se, no passado, o foco da Farm Bill foi ajudar os agricultores em dificuldade; hoje, o maior beneficiário dessa política é a população pobre dos Estados Unidos. Para equalizar um problema imediato de



SHUTTERSTOCK

acesso a comida, por meio do Programa de Assistência Nutricional Suplementar (SNAP, na sigla em inglês), incluído na versão de 1973 da lei, o governo garante alimentação a milhões de norte-americanos. Mensalmente, o programa custeia vales-refeição para 41 milhões de pessoas, representando 12% da população.

Atualmente, o financiamento dos programas de nutrição consome 76% dos gastos totais da Farm Bill. Estimativas apontam que esse percentual deve aumentar para 84% na próxima versão da lei.

No longo prazo, a Farm Bill aborda questões fundamentais que impactam a segurança alimentar do país, como o programa de seguro contra perdas de produção ou queda de preços de determinadas culturas, que também consome uma parte significativa dos recursos. No entanto, nesse ponto, a política sofre críticas, pois uma parte significativa dos recursos beneficia uma pequena parte de grandes produtores e investidores – entre 1995 e 2021, 1% dos beneficiários do programa receberam 27% dos recursos desembolsados pelo governo.

DESAFIOS AMBIENTAIS

A promoção da produção agrícola sustentável compreende outra parte essencial dessa equação. Por meio de incentivos financeiros e programas de conservação, a Farm Bill encoraja práticas agrícolas que mantêm a fertilidade do solo, protegem os recursos hídricos e promovem a biodiversidade. Isso não apenas beneficia os agricultores, mas também contribui para a produção de alimentos de alta qualidade e a preservação do meio ambiente.

Por outro lado, na opinião de especialistas, o pagamento dos benefícios mencionados estimula cultivos que não estão diretamente relacionados à produção de alimentos, como, principalmente, soja e milho, os quais são majoritariamente utilizados na alimentação animal ou na produção de biocombustíveis. Além disso, apesar de não comprometer a segurança alimentar da população, isso pode encorajar a adoção de práticas de produção ambientalmente não sustentáveis, em busca do aumento de produtividade e de área cultivada.

"...a Farm Bill encoraja práticas agrícolas que mantêm a fertilidade do solo, protegem os recursos hídricos e promovem a biodiversidade. Isso (...) também contribui para a produção de alimentos de alta qualidade e a preservação do meio ambiente."

CUSTO FINANCEIRO

A previsão é de que a Farm Bill custará US$ 1,5 trilhão para os Estados Unidos na próxima década. No momento do fechamento desta edição, o governo norte-americano debate o orçamento para 2024, com risco de paralisação dos serviços governamentais por falta de entendimento com o Congresso.

A complexidade e a amplitude dos programas incorporados na Farm Bill tornam as negociações, nesse ponto, ainda mais desafiadoras. No entanto, o governo deve encontrar uma forma de prorrogar os programas de assistência alimentar.

Por outro lado, se um acordo não for firmado até 31 de dezembro próximo, outros problemas surgirão, pois os programas de subsídios retornarão à "lei permanente", elaborada há mais de oito décadas. Os impactos poderão ser sentidos por todo o mercado.

Algumas culturas perderiam as coberturas de seguro. Em vez de pagar aos agricultores para cobrir suas perdas, o governo seria obrigado a comprar a produção para elevar os preços, prejudicando os consumidores.

O setor de laticínios seria o primeiro a voltar à "lei permanente". Para se adequar ao nível estabelecido na legislação, baseado em preços de paridade da década de 1910, o preço do leite precisaria aumentar 162%. ■

SHUTTERSTOCK

